



O conceito de emancipação política em Guerreiro Ramos

Dauto João Silveira ¹

Resumo

O nosso objeto de análise nesse artigo será o conceito de emancipação política em Alberto Guerreiro Ramos. O presente trabalho sublinha, fundamentalmente, seis obras, são elas: i) A cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo: prefácio a uma sociologia nacional; ii) Introdução crítica da Sociologia Brasileira; iii) A redução sociológica; iv) As condições sociais do poder no Brasil; v) O Problema Nacional do Brasil e vi) Mito e Verdade da Revolução brasileira. Cumpre ressaltar que dessas obras Usamos dois eixos centrais para qualificar a discussão: ciência como autodeterminação e novos estatutos políticos emancipatórios, sobre os quais o conceito de emancipação político foi conduzido. Enquanto método, o artigo adotou a concepção dialética da histórica no sentido de evidenciar a força dos fenômenos históricos na evolução teórico do autor.

Palavras chave: Emancipação, Política, Sociedade.

El concepto de emancipación política en Guerreiro Ramos

Resumen

Nuestro objeto de análisis en este artículo será el concepto de emancipación política en Alberto Guerreiro Ramos. El presente trabajo destaca, fundamentalmente, seis obras, que son: i) El librito brasileño del aprendiz de sociólogo: prólogo a una sociología nacional; ii) Introducción crítica de la sociología brasileña; iii) La reducción sociológica; iv) Las condiciones sociales de poder en Brasil; v) El Problema Nacional de Brasil y vi) Mito y Verdad de la Revolución Brasileña. Cabe señalar que a partir de estos trabajos utilizamos dos ejes centrales para matizar la discusión: la ciencia como autodeterminación y los nuevos estatutos políticos emancipatorios, sobre los que se condujo el concepto de emancipación política. Como método, el artículo adoptó la concepción dialéctica de la historia para resaltar la fuerza de los fenómenos históricos en la evolución teórica del autor.

Palabras clave: Emancipación, Política, Sociedad.

The concept of political emancipation in Guerreiro Ramos

Summary

Our object of analysis in this article will be the concept of political emancipation in Alberto Guerreiro Ramos. The present work underlines, fundamentally, six works, they are: i) The Brazilian booklet of the apprentice of sociologist: preface to a national sociology; ii) Critical

¹ Doutor em Sociologia - Universidade Federal do Paraná. dautojs@gmail.com

introduction of Brazilian Sociology; iii) The sociological reduction; iv) The social conditions of power in Brazil; v) The National Problem of Brazil and vi) Myth and Truth of the Brazilian Revolution. It should be noted that from these works we use two central axes to qualify the discussion: science as self-determination and new emancipatory political statutes, on which the concept of political emancipation was conducted. As a method, the article adopted the dialectical conception of history in order to highlight the strength of historical phenomena in the author's theoretical evolution.

Key words: Emancipation, Politics, Society.

Introdução

Podemos afirmar, ainda que soe estranho, que no Brasil o debate sobre a emancipação política da classe elementar, dos povos despossuídos, goza de uma longa tradição na “sociologia autônoma”. É possível identificar uma preocupação teórica, nas obras de Sylvio Romero, de Euclides da Cunha, de Azevedo Amaral, Oliveira Viana e, ainda mais, em Alberto Guerreiro Ramos, de Álvaro Vieira Pinto e Florestan Fernandes². Ainda que esta lista não termine nesses autores e tampouco haja uma unidade teórica entre eles, não é equivocado extrair dela um grau de preocupação importante sobre a desnecessidade desses sujeitos para as relações burguesas. Em outras palavras, o que está claro, para estes autores, é o evidenciamento da singularidade face à universalidade capitalista.

Os fundadores da “sociologia autêntica brasileira”, boa parte deles banhada pelo horizonte marxiano, nos revelam a importância das lutas sociais enquanto forma de superação do pauperismo. Portanto, se assim o era, é possível afirmar, dado o aguçamento das contradições da sociedade capitalista no tempo presente, que tal importância ultrapassou a premência revelada, uma vez que a característica marcante dos dias atuais é a impossibilidade dos homens em geral, assalariados e capitalistas, reproduzirem-se sob o manto das relações burguesas.

O presente artigo pretende demonstrar, de modo específico, que a preocupação fundante de Guerreiro Ramos gravitava em torno da emancipação política dos povos subalternos brasileiros. Não é nenhum exagero mencionar que o referido tema atravessa todo o constructo teórico guerreiriano, todavia há especificidades que demonstram um terreno fecundo para a análise. Há, fundamentalmente, sete obras que caracterizam esta empreitada teórica, são elas: i) A cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo: prefácio a uma sociologia nacional; ii) Introdução crítica da Sociologia Brasileira; iii) A redução sociológica; iv) As condições sociais do poder no Brasil; v) O Problema Nacional do Brasil; vi) Mito e Verdade da Revolução brasilei-

² Não aprofundaremos a discussão sobre o papel das lutas emancipatórias na obra desses autores. O nosso único objetivo é mostrar que o tema fundante da tradição teórica brasileira é a emancipação social de corte político.

ra e vii) A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações.

Cumpramos ressaltar que, dessas obras, resgataremos dois eixos centrais: ciência como autodeterminação e novos estatutos políticos emancipatórios, sobre os quais o conceito de emancipação sustentar-se-á.

A tese que defenderemos é que tal apropriação é caudatária dos escritos marxianos, especialmente os que foram formulados nos trabalhos de Marx de 1842 a 1848, segundo o qual a “*emancipação política de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva de emancipação humana dentro da ordem mundial vigente até aqui*”. (2010, p. 41. Grifo nosso)³

Ainda que a luta meramente política apresente-se insuficiente para a emancipação plena da sociedade capitalista, ela é uma forma de progresso, portanto, extremamente necessária para os desígnios dos povos em luta. Toda revolução é um ato político, enquanto derrubada do poder constituído, mas necessita do ato social, ou seja, da dissolução das relações antigas, sem a qual não haverá emancipação humana, conforme Marx (2010).

Ciência nacional enquanto processo emancipatório

Não temos dúvida que o evoluir teórico de Guerreiro Ramos encontrou na ciência nacional um elemento estratégico do processo emancipatório. Essa afirmação encontra sustentação em um importante texto de 1954 em que as sete teses apresentadas por ele no II Congresso de Latino-americano de Sociologia, e duramente criticado pelos representantes do que ele veio a chamar de “sociologia consular”, expôs toda a sua radicalidade teórica. A segunda tese, em especial, alcança o busílis da questão:

[...] a organização do ensino de sociologia nos países latino-americanos deve obedecer ao propósito fundamental de contribuir para emancipação cultural dos discentes, equipando-os de instrumentos intelectuais que os capacitem a interpretar, de modo autêntico, os problemas das estruturas nacionais e regionais que se vinculam. (GUERREIRO RAMOS, 1954, p. 16).

É nesse particular que a sociologia, como ciência, torna-se um instrumento de autodeterminação dos povos vulneráveis. Como no Brasil ela se configurou como “transplantações literárias de métodos de ação e de sistemas institucionais oriundos de áreas altamente desenvolvidas”, era ne-

³Parte do que foi dito nesse item corresponde ao que discutimos na nossa tese de doutorado. Por essa razão, e só por essa, não aprofundaremos esse mesmo tema. Caso tenham interesse em se apropriar do que dissemos consulte: SILVEIRA, Dauto J. da. **Alienação e emancipação: a produção da existência dos pescadores artesanais do território de pesca no baixo Vale do Itajaí e Tijucas**. Tese (Doutorado em Sociologia) Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

cessário o rompimento amplo com tal situação. Isso é especialmente importante para o nosso caso na medida em que as grandes emancipações políticas do século XIX não realizaram a tarefa histórica exigida por um povo de estatura universal.

É preciso observar, contudo, o caráter dialético que já se apresenta nesta obra. Se é verdade que aqui, pelas razões apresentadas, se constitui uma ciência enlatada, consular, não é menos verdade que as contradições operadas no Brasil por conta do choque de interesses nacionais e estrangeiros vai ossificando um tipo de consciência sobre o processo histórico universal indispensável para a emancipação do povo brasileiro.

A ciência enquanto processo emancipatório só seria possível quando se tornasse um saber integrativo da vida comunitária e ao mesmo tempo conectada à universalidade.

Dessa forma, pois:

[...] todo verdadeiro saber sociológico tem sido elaborado de modo pedestre, através do enlaçamento, às vezes penoso, do pensamento do sociólogo com os fatos de que participa. Não pode haver efetiva sociologia, sem sincero, profundo envolvimento da cotidianidade pelo pensamento permanentemente em vigília. Não há geração espontânea da sociologia. Em toda parte onde ela é genuína, foi elaborada através de um processo cooperativo e cumulativo. (GUERREIRO RAMOS, 1954, p. 46).

Só há emancipação, nos termos guerreirianos, se houver articulação entre as instâncias de poder e as massas populares. É dessa articulação que sairá o “novos estatutos políticos”, com os quais as necessidades majoritárias das massas e o arquétipo institucional ganham fundamento. Se assim o é, a institucionalidade posta só ganha dimensão suprema quando conectada ao projeto coletivo da comunidade humana universal.

Essa discussão foi retomada, um ano depois da publicação da Cartilha, no livro *A redução sociológica*, particularmente no texto *Lei da Universalidade dos Enunciados Gerais da Ciência*. Não é surpreendente que este caráter universal da ciência do qual parte Guerreiro Ramos não suprima a dimensão nacional da sociologia. Ser universal é conceber o mundo enquanto uma associação de nações não compartimentadas, portanto obriga o homem da ciência a “manter-se em dia com o estado geral do conhecimento”, de um lado e, de outro, é aceitar “a ciência enquanto todos os que a ela se devotam estão, em determinado momento, em um mesmo círculo semântico, isto é, admitem como válido um mesmo repertório central de enunciados”. No entanto, a dimensão nacional da ciência se evidencia por meio da *funcionalidade das cogitações dos sociólogos* como “ser-no-mundo”. Ou seja, “nessas condições, os problemas do mundo particular em que vive o sociólogo tornam-se os seus problemas e o seu pensamento ganha funcionalidade na medida em que está referido à sua comunidade”.

(GUERREIRO RAMOS, 1996, p. 126).

Essa parece ser a preocupação que teve, em 1967, Vieira Pinto (1979, p. 513) sobre o papel do pesquisador submetido à estrutura de um país atrasado:

[...] o pesquisador não pode omitir-se em tomar consciência da sua condição, da sua posição no contexto da sociedade, e dos condicionamentos que daí resultam para a sua liberdade de pensar e para a liberdade de dispor dos resultados do esforço investigatório, seja no campo teórico, seja na ordem das aplicações práticas.

Dessa forma, pois, cabe ao pesquisador-sociólogo compreender a relação entre particularidade e totalidade, posto que é por meio da qual que os fatores que determinam a realidade dos países atrasados poderão ser apreendidos. É assim que “quando apreendemos um dado singular estamos na verdade apreendendo a totalidade do mundo, que, por força de uma lei interna, gera tal dado.” (VIEIRA PINTO, 1967, p. 306). Sem a compreensão da totalidade não há condições científicas de pautar o tema da emancipação dos povos subalternos circunscritos ao regional ou ao nacional.

Ao proceder desta forma estamos autorizados a fazer as devidas conexões com os novos estatutos políticos, como condição emancipatória, posto que eles efetivam a tese da emancipação política guerreiriana.

Novos estatutos políticos emancipatórios

Não é exagero dizer que Guerreiro Ramos não ultrapassa a linha da emancipação política nos seus escritos. A sua preocupação, até esse momento, foi a de explicitar a necessidade de superação do ordenamento institucional que garantiu os privilégios e a manutenção do poder nas mãos da classe dominante brasileira desde o período colonial. Não é sem razão que ele enfatiza a necessidade de envolvimento orgânico entre os novos estatutos políticos e as instâncias de poder com as massas populares. É assim que erguer-se-ão os pilares emancipatórios da sociedade brasileira.

Os livros: a) As condições sociais do poder no Brasil, de 1957, produto de uma aula inaugural do Curso Regular do ISEB; b) O Problema Nacional do Brasil, de 1960 e c) Mito e Verdade da Revolução brasileira, de 1963, são os mais expressivos no tocante ao assunto ora em evidência. Ainda que o tema tenha sido abordado de forma diversa em outros textos, inclusive em artigos para jornais, é significativo que nos trabalhos acima a preocupação com a emancipação do povo brasileiro tenha ficado em evidência. Guerreiro Ramos não

hesita ao afirmar que o Brasil experimentou após a Revolução de 1930, e todo processo político que desse evento decorre, um conjunto de transformações estruturais que deu ao país uma personificação histórica.

Veremos isso de perto.

Para o autor depois do processo industrial e urbano inaugurado em 1930 dois fenômenos contraditórios se manifestaram: de um lado, a consolidação de uma mentalidade autêntica a redefinir a face do novo país em gestação e, de outro, a mentalidade reflexa, oriunda do país velho, a se decompor vagarosamente. Foi precisamente essa correlação que exigiu um projeto coletivo de personalidade histórica.

Guerreiro Ramos (1957, p. 29. et. seq.) é enfático quando diz:

[...] esse projeto já está implícito na vida brasileira. Nossas massas populares sentem-se conclamadas menos por imagens de retórica do que por números, tabelas e tudo quanto signifique diretrizes e programas libertadores da nossa dependência econômica. As massas estão comprometidas numa ampla tarefa de substituição de valores e produtos externos por internos, tarefa na qual a substituição de importações é mero pormenor.

É dessa forma que distingue de outras formas de consciência forjadas por interesses espúrios.

Uma consciência nacional não se outorga, não se dá a um povo por um gesto munificente, uma consciência coletiva. Ela se forma modestamente, na prática, na luta e na decepção. Um dos fatos atualmente mais auspiciosos em nosso país é a “rebelião das massas”, a inquietação das massas, o mandato das massas. Esse mandato, exaustiva e incondicionalmente assumido, é o cometimento supremo que instalará a comunidade brasileira na apropriação do seu ser, e que promoverá a ascensão da consciência nacional do seu estado ingênuo para o seu estado crítico.

Para o baiano esse “cometimento é essencialmente empresa cooperativa de todos aqueles que estão em posição de liderança, de direção e que receberam delegação das massas.”. O projeto coletivo de personalidade histórica só seria possível diante de alguns elementos históricos e organizativos. É a partir desse eixo central que surge com mais força a tese da revolução social, enquanto processo político supremo por meio do qual a emancipação de um povo vai ganhando contornos expressivos. A revolução social, consiste na mudança qualitativa que se opera numa coletividade humana, quando passa de uma fase histórica para outra superior. Na etapa atual os objetivos fundamentais do poder nacional devem ser: i) internamente, constituir-se enquanto suprema instância normativa, hábil para encaminhar o processo emancipatório e ii) externamente, tornar-se a garantia de uma política internacional que tire legitimamente o melhor partido dos acontecimentos mundiais.

Ainda sobre o segundo eixo, novos estatutos políticos emancipatórios, podemos destacar os debates sobre a natureza do poder e da teoria da sociedade brasileira. Os livros: i) O problema nacional do Brasil, de 1959, ii) A crise do poder no Brasil: problemas da revolução nacional brasileira, de 1961 e iii) Mito e Verdade da Revolução brasileira, de 1963 marcam essa fecunda discussão.

Em 1957⁴, ao discutir as condições do poder nacional, Guerreiro Ramos menciona que “a revolução brasileira tecnicamente consiste na mudança qualitativa que se opera numa coletividade humana, quando passa de uma fase histórica para outra superior. Sua maioridade histórica exhibe-se na aptidão que revelam para libertar-se de posições caudatárias. A firmeza de tal conduta supõe uma perfeita articulação das instâncias de poder com as massas populares”. Em 1958 diz que “a revolução brasileira em marcha nos nossos dias é eminentemente uma revolução burguesa, de que está resultando nova classe de empresários, distinta daquela que, até cerca de 1930, era dominante no Brasil, a classe de fazendeiros. Esta classe nova não apresenta, contudo, em sua conduta global, um mínimo de coerência, quanto aos objetivos que persegue”. Em seguida faz a seguinte advertência: “são os industriais desses setores que devem ser estimulados a exercitar a representatividade de que estão investidos, notadamente levando, de maneira institucional organizada, a sua influência aos centros decisórios essenciais do governo.”

No entanto, um ano antes, em uma aula inaugural, no Curso Regular do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) proferida em 22 de março de 1957, no auditório do Ministério da Educação e Cultura, com o título “As condições sociais do poder no Brasil”, evidencia o que entendia por emancipação política. Nessa aula, que no mesmo ano virou um livro, Guerreiro Ramos (1957, p. 11) trata do poder nacional e o aproxima ao destino da comunidade brasileira. O livro tentou responder três perguntas: i) “como tem variado historicamente, no Brasil, o substrato do poder nacional? ii) quais são os novos termos desse poder no Brasil atual? iii) que objetivos dever procurar alcançar os atuais titulares do poder nacional, tendo em vista as particularidades históricas do Brasil e do mundo?”. Em virtude do nosso interesse pelo tema supracitado, não trataremos dos dois primeiros questionamentos; ficaremos tão somente com o último. É nesse, em particular, que perceberemos que os antigos titulares do po-

⁴Esse debate consta no textos: Condições sociais do Poder Nacional, de 1957 e O controle ideológico da programação econômica, de 1958, ambos publicados no livro O problema nacional do Brasil de 1959.

der, os proprietários de terras, perderam as suas posições dominantes em proveito dos novos titulares: entrava em cena, de modo substancial, a classe trabalhadora e a burguesia empreendedora. Essa mudança altera radicalmente a configuração do poder no Brasil, posto que a participação popular se tornou em elemento decisivo na direção política da sociedade brasileira.

Segundo Guerreiro Ramos (1957, p. 24) “a recente irrupção do povo em nossa história instalou na comunidade brasileira entre o Estado e a sociedade uma tensão que os nossos antepassados não conheceram. Essa, a novidade radical do nosso presente, que torna imperiosa a redefinição do poder nacional”. (Grifo nosso) Esse fato deu ao Brasil a forma nacional, o ser e a dimensão histórica. Eis a marca daquele tempo. Havia no Brasil em 1957 uma nova classe dominante, mas que ainda não era classe dirigente. A transformação em classe dirigente daria ao país a sua emancipação política. O caminho que se abria para o Brasil era o da conquista de um desempenho histórico independente; no entanto, todo caminho jungido à égide do desenvolvimento capitalista é contraditório, por isso desempenho histórico independente e caráter complementar do país ao ocidente duelam lado a lado na dinâmica interna. Guerreiro Ramos, com muita clareza, apostava no primeiro caminho:

[...] esse é o caminho mais árduo e mais eminente. Custa duras penas, mas nada tem de utópico, uma vez que está esboçado objetivamente na vida brasileira na forma do que , em linguagem técnica se denomina uma *práxis coletiva*, isto é, um comportamento popular comandado por uma motivação concreta.

Aqui aparece o busílis da questão guerreiriana: o nacionalismo enquanto práxis, ou seja, práxis como visão comunitária que revelava e anunciava a “constituição de uma base histórica para a emergência do ser nacional”. Nesse momento é que podemos reiterar a terceira pergunta feita há pouco: que objetivos devem procurar alcançar os atuais titulares do poder nacional? O sol das ideias guerreirianas brilham com toda força: a emancipação de um país só se efetivaria se houvesse uma redefinição dos critérios utilizados por suas instâncias de poder; se houvesse uma perfeita articulação entre instância de poder e massas populares. É digno de nota que Guerreiro Ramos não considerava esse processo emancipatório produto de insurreições e quarteladas; tecnicamente o processo consistiria na mudança qualitativa que se operava na coletividade humana.

No livro *Mito e Verdade da Revolução Brasileira*, de 1963, às vésperas do golpe militar, a revolução brasileira é entendida como:

[...] *reorganização institucional*, tendo em vista *reajustar o Estado*, não só tornando-o reflexo da correlação de força do seu desenvolvimento nas últi-

mas décadas, como também para habilitá-lo às novas funções que exige o avançado estágio material que o país vem de atingir, está ameaçada pela imaturidade da liderança do movimento emancipador. (GUERREIRO RAMOS, 2016, p. 251)

A natureza institucional da revolução brasileira no sentido de haver uma “perfeita articulação das instâncias de poder com as massas populares”, ou ainda, enquanto uma reorganização institucional definiram os rumos da sua compreensão. Os livros supracitados concluíram um longo trajeto contraditório da formação do pensamento revolucionária pré-golpe militar de 1964.

Essa investidura guerreiriana parece-nos que foi realizada para dar conta de duas tarefas: i) explicar as contradições sociais da década de 1950, em particular a vitalidade dos trabalhadores e a nova classe dominante, cuja consolidação deu-se pela expansão industrial. Essa constatação não estava só presente em 1957 - quando ele afirmava que o povo irrompeu em nossa história, como vimos acima – ela também foi explorada em 1961, no livro *A crise do poder no Brasil: problemas na Revolução Nacional Brasileira*; nesse livro o baiano reserva um capítulo para discutir a presença do povo na vida político-eleitoral. Diz que o cardinal fato político da vida brasileira era a existência do povo. Em seguida diz que:

[...] do surgimento do povo como agente ativo do processo político resulta dupla exigência: a de reformar o Estado e as instituições político-administrativas, para que se ajustem ao caráter multifuncional contemporâneo da estrutura econômica, e a de elaborar a pertinente equação teórica da época, pois sem ela não se habilitarão os quadros dominantes a conduzir os acontecimentos com o mínimo de sistematicidade necessária para merecerem o qualificativo de dirigentes. (GUERREIRO RAMOS, 1961, p. 46)

E, ii) superar as limitações da esquerda até aquele momento. Não é demais dizer que havia um conflito acerca dos da emancipação política até 1964. A tese de Guerreiro Ramos no *Mito e Verdade* era uma crítica às concepções pecebistas, segundo a qual a revolução brasileira seria produto da ditadura das forças anti feudais e anti imperialistas.

A terceira fase da obra do autor baiano pode ser classificada a partir dos trabalhos realizados em Los Angeles, EUA. Destacam-se os livros *Administração e estratégia de desenvolvimento*, de 1966, e a *Nova Ciência das organizações*, de 1978. Esse último livro dedica um capítulo para a transição democrática. Os sistemas sociais delimitados (SSD) e a tentativa de fazer com que os sistemas sociais se completem funcionalmente a partir da libertação do homem da sua escravização à mentalidade do mercado evidenciam a sua tese.

Considerações finais

A nossa preocupação foi com a exposição dos caracteres fundamentais da emancipação política, sem contudo abandonar a preocupação com ser social, universal, presente na abordagem sobre a ciência nacional. Se assim o procedemos foi em função da relevância que o processo histórico, enquanto ser nacional, teve para o objeto analítico guerreiriano.

O que percebemos neste processo foi que a emancipação política só realizar-se-á quando se articular, no seio das contradições sociais, “as *instâncias de poder com as massas populares*”, ou ainda, enquanto uma *reorganização institucional* definir os rumos da sua compreensão.

Por isso tudo, concluímos que o processo emancipatório brasileiro, na obra guerreiriana, é a forma de redenção do país do seu passo histórico e que levaria o país aos avanços científicos da humanidade.

Referências

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo: prefácio a uma sociologia nacional**. Rio de Janeiro, Editorial Andes, 1954.

_____. **Condições sociais do poder nacional**. ISEB/MEC. Rio de Janeiro, 1957.

_____. **O problema nacional do Brasil**. Editora Saga. Rio de Janeiro, 1960.

_____. **A crise do poder no Brasil**. Editores Zahar. Rio de Janeiro, 1961.

_____. **Mito e verdade da Revolução brasileira**. Editora Insular. Florianópolis, 2016.

_____. **A redução sociológica**. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1996.

PINTO, Álvaro Vieira. **Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.